

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Placas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

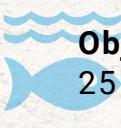
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Placas x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Placas (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

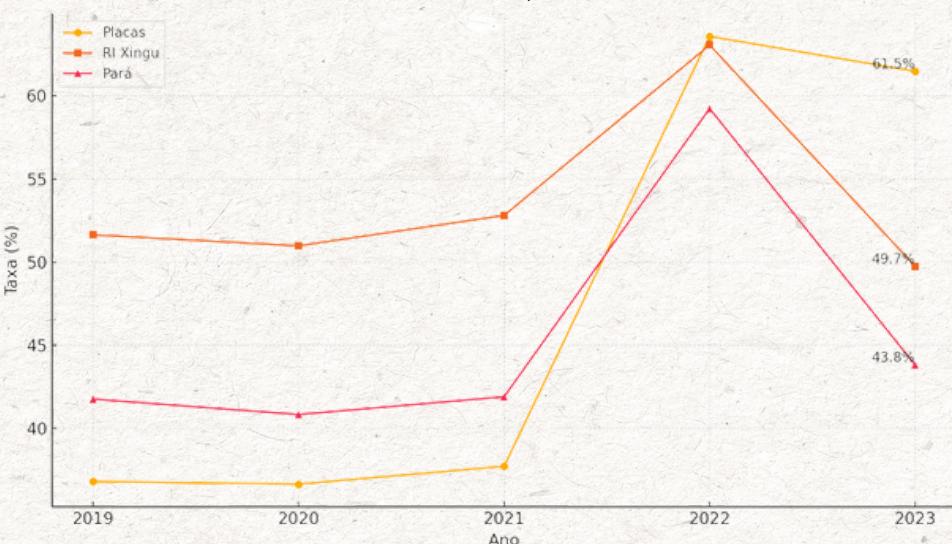
A evolução da taxa de pobreza no município de Placas apresenta uma trajetória estável entre 2019 e 2021, com ligeira variação de 36,8% para 37,9%. Contudo, observa-se um crescimento expressivo em 2022, alcançando o pico de 62,9%, seguido por uma pequena redução em 2023, encerrando o período em 61,5 %. Esse comportamento sinaliza uma forte deterioração das condições socioeconômicas locais em 2022, possivelmente ligada a efeitos residuais da pandemia e instabilidades econômicas, com lenta recuperação no ano seguinte (Gráfico 1).



Na Região de Integração (RI) Xingu, a taxa de pobreza manteve-se mais elevada que a de Placas no início da série, partindo de 51,9% em 2019 e oscilando levemente até 2021. Em 2022, a RI também viveu um salto abrupto para 62,8%, alinhado com a tendência do município, mas apresentou uma redução mais acentuada em 2023, atingindo 49,7%. Essa queda mais robusta pode indicar uma retomada econômica regional mais intensa ou políticas públicas com maior capilaridade territorial em relação ao município (Gráfico 1).



Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

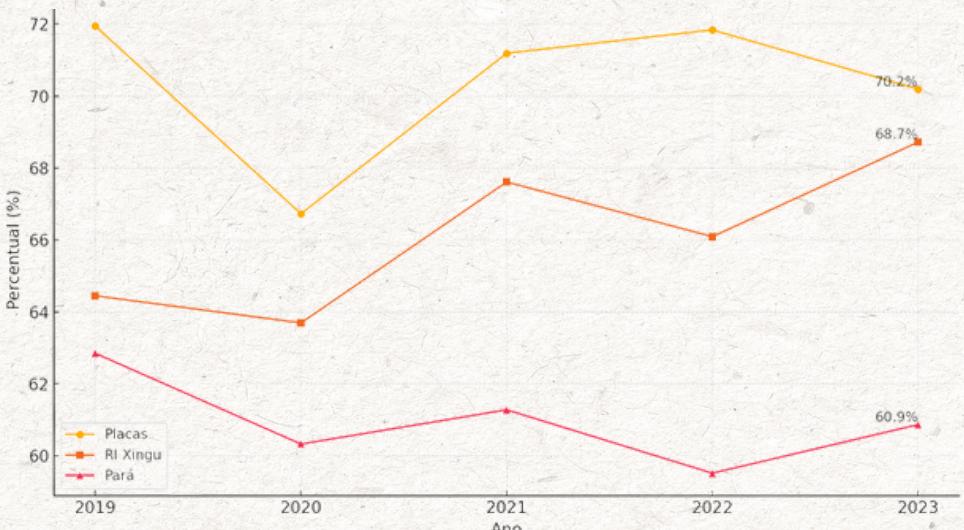
No município de Placas, o percentual das despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 72,0% em 2019, mas caiu de forma expressiva em 2020, chegando a 66,8%. A partir daí, houve uma recuperação contínua até 2022, quando atingiu 71,8%, seguida de leve retração em 2023 (70,2%). A oscilação pode refletir ajustes orçamentários pós-pandemia, priorizações sazonais ou reestruturações na alocação de recursos municipais, ainda que o patamar de 2023 se mantenha elevado (Gráfico 2).

A RI Xingu apresenta trajetória semelhante: iniciou com 64,5% em 2019, caiu ligeiramente em 2020 para 63,7%, subiu até 2021 (67,6%), recuou em 2022 (66,1%) e voltou a subir em 2023, encerrando o período com 68,7%. As flutuações podem refletir dinâmicas orçamentárias regionais, com momentos de maior ênfase em políticas essenciais, ainda que abaixo dos níveis observados em Placas. A recuperação em 2023 indica retomada de investimentos públicos em áreas prioritárias (Gráfico 2).

No estado do Pará, o comportamento foi o mais estável e com menor amplitude: partiu de 62,8% em 2019, caiu para 60,3% em 2020, subiu um pouco em 2021 (61,2%), atingiu o menor valor em 2022 (59,2%) e se recuperou levemente para 60,9% em 2023. A consistência dessa série sugere um padrão de alocação mais regular e previsível no nível estadual, embora com percentuais inferiores aos dos demais níveis, o que pode indicar maior diversificação das funções orçamentárias a nível estadual (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Placas, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou um comportamento relativamente estável entre 2019 e 2022, oscilando entre 6,1% e 6,8%. Entretanto, em 2023, houve um salto significativo para 9%, indicando um agravamento expressivo nas condições de saúde materno-infantil. Essa elevação pode estar associada a fatores como insegurança alimentar, acesso precário aos serviços de pré-natal ou desigualdades territoriais no atendimento à gestante (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Xingu, a trajetória foi de crescimento moderado até 2021, quando a taxa saltou de 6,3% (2020) para 7,9%, possivelmente refletindo os impactos

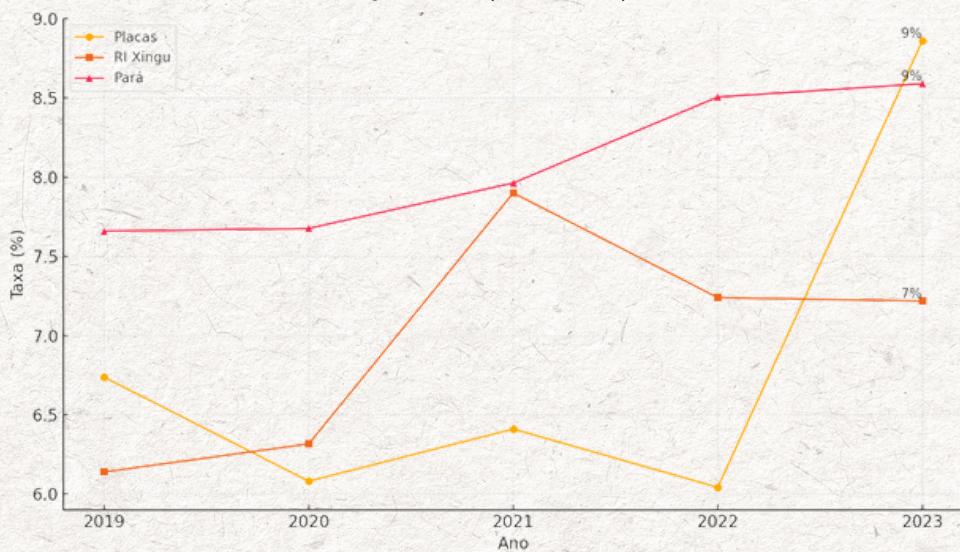
acumulados da pandemia sobre os serviços de saúde. Após esse pico, observa-se uma queda gradual, chegando a 7% em 2023. Essa leve melhora pode sugerir certa recuperação da rede de atenção básica e ampliação do acesso a políticas públicas de saúde reprodutiva e neonatal, embora o patamar ainda permaneça elevado (Gráfico 3).

No estado do Pará, os dados indicam um crescimento contínuo ao longo do período, com aumento de 7,6% em 2019 para 8,6% em 2023. Essa elevação, ainda que menos abrupta que no município, revela uma tendência estadual de deterioração das condições de nascimento. A elevação gradual pode estar relacionada a fatores estruturais, como desigualdade soci-

al, cobertura precária da rede SUS em regiões periféricas e efeitos de longo prazo de crises econômicas e sanitárias sobre a população vulnerável (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

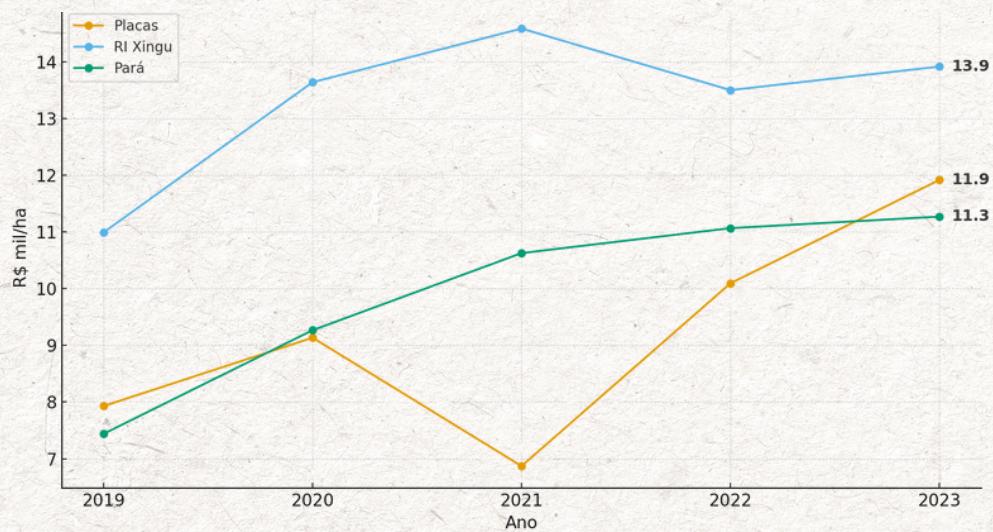
Entre 2019 e 2023, o município de Placas apresentou variações significativas na produtividade agrícola. Em 2019, o valor era de R\$ 7,9 mil/hectare, subindo para R\$ 9,1 mil/ha em 2020, o que refletiu um início de recuperação do setor. Contudo, em 2021, houve forte retração para R\$ 6,9 mil/ha, possivelmente influenciada por condições climáticas desfavoráveis ou redução de áreas produtivas. A partir de 2022, o indicador voltou a crescer, atingindo R\$ 10,1 mil/ha, e encerrou 2023 em R\$ 11,9 mil/ha, o

maior valor da série. Esse comportamento evidencia recuperação sólida e ganho de eficiência agrícola na etapa final do período analisado (Gráfico 4).

Na Região de Integração Xingu, a produtividade iniciou em R\$ 11,0 mil/hectare em 2019, subindo para R\$ 14,5 mil/ha em 2021, recuando ligeiramente para R\$ 13,5 mil/ha em 2022 e encerrando 2023 em R\$ 13,9 mil/ha. O estado do Pará, por sua vez, manteve tendência de crescimento contínuo, de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em

2023. Observa-se que, embora Placas tenha enfrentado oscilações mais acentuadas, seu resultado final superou a média estadual, refletindo recuperação produtiva e potencial de expansão da eficiência no cultivo agrícola local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Placas, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período. Em 2019, o índice estava em 14,2 por mil nascidos vivos, caindo de forma significativa até 2021, quando atingiu 9,6 – o menor valor da série. Contudo, em 2022 houve um salto expressivo para 21,1, seguido de redução para 16,0 em 2023. Essa variação abrupta sugere instabilidade no acesso ou na qualidade da atenção básica neonatal, possivelmente agravada por descontinuidade de serviços ou crises na infraestrutura de saúde (Gráfico 5).

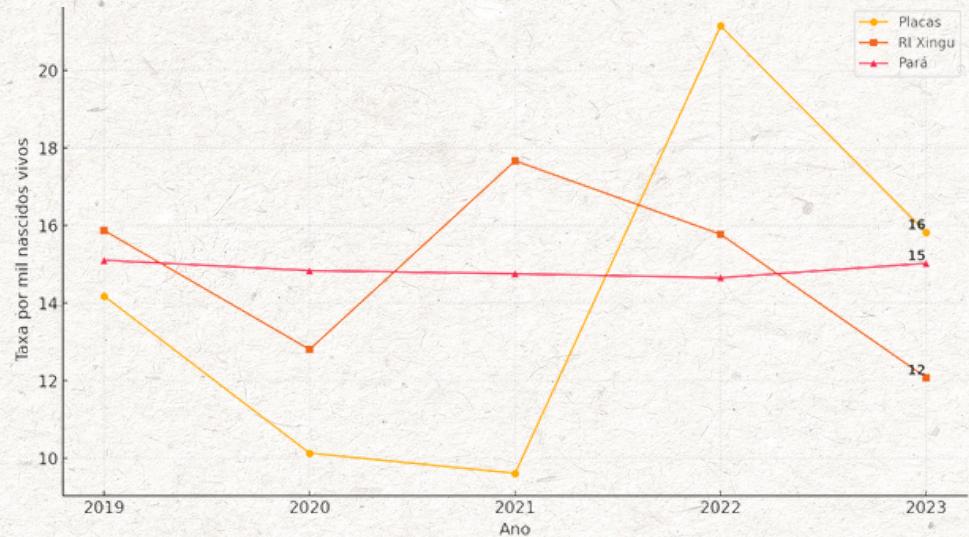
Na Região de Integração do Xingu, observa-se um padrão menos volátil, mas ainda com variações consideráveis. A taxa inicia em 16,0 em 2019, cai para 12,9 em 2020, sobe para 17,6 em 2021 e reduz progressivamente até alcançar 12,0 em 2023. Apesar da oscilação, o dado mais recente aponta para uma melhora significativa no indicador, o que pode refletir esforços regionais em qualificar o cuidado à primeira infância, especialmente no período pós-pandemia (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)

No estado do Pará, a série revela um comportamento estável, com variações discretas entre 15,1 e 14,6 de 2019 a 2022, e uma leve alta para 15,0 em 2023. Essa estabilidade pode ser interpretada como resultado de políticas estruturadas no âmbito estadual para contenção da mortalidade infantil, com atuação em larga escala por meio de programas de saúde da família, imunização e fortalecimento da atenção primária. No entanto, a taxa ainda se mantém em patamar preocupante, sinalizando desafios persistentes (Gráfico 5).



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

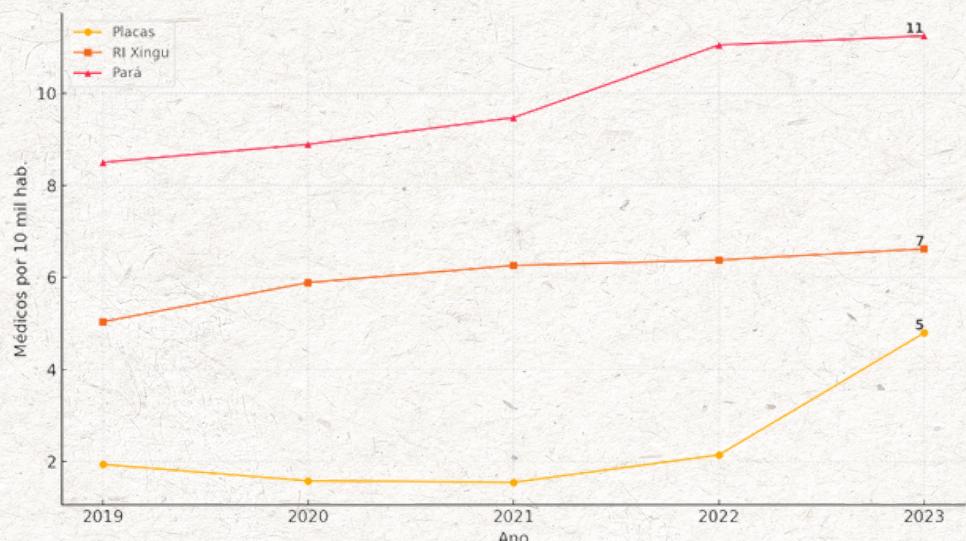
Em Placas, o número de médicos por 10 mil habitantes era extremamente baixo em 2019 (2,0) e sofreu queda em 2020 e 2021, chegando ao valor mínimo de 1,5. A partir de 2022 observa-se uma retomada, com crescimento contínuo até atingir 5,0 em 2023. Essa expansão recente pode estar associada a políticas de interiorização da medicina, contratação via programas federais ou estaduais, e ampliação da cobertura da Atenção Primária, embora o índice ainda esteja abaixo da média estadual (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Xingu, a evolução do número de médicos foi estável e positiva. O indicador subiu de 5,0 em 2019 para 7,0 em 2023, com crescimento gradual e contínuo. Esse aumento pode refletir maior atratividade da região para profissionais da saúde, investimentos em infraestrutura hospitalar e maior presença de programas de provimento de profissionais, resultando em melhoria das condições de atendimento à população (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou o desempenho mais robusto ao longo do período, partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e alcançando 11,0 em 2023. Esse crescimento sistemático reforça o esforço estadual em fortalecer a capacidade de atendimento do SUS. No entanto, a distribuição desigual entre os municípios – como evidenciado pelos dados de Placas – aponta para um desafio persistente na equidade do acesso a serviços médicos, sobretudo nas localidades menores e mais isoladas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Placas, observa-se um crescimento moderado no número de vagas no ensino público entre 2019 e 2021, saindo de aproximadamente 182 para 200 vagas por mil habitantes. No entanto, em 2022 ocorre um salto abrupto para 368 vagas, indicando uma possível ampliação de escolas, novas matrículas ou reestruturação da oferta educacional. Em 2023, apesar de uma pequena redução para 363, o nível permanece bastante elevado em relação ao início da série, sinalizando uma ampliação significativa da capacidade educacional no município (Gráfico 7).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o indicador apresenta um comportamento mais estável, com variações suaves

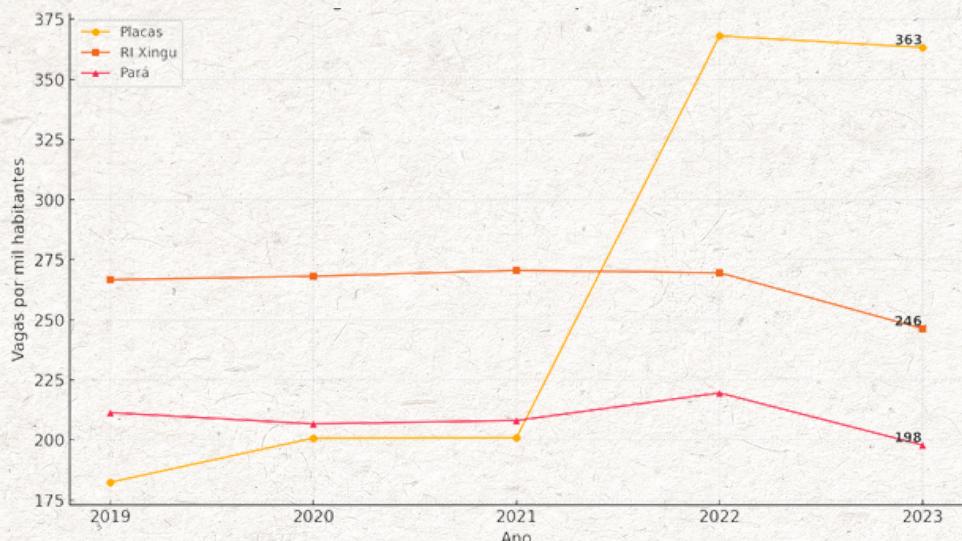
entre 2019 e 2022, mantendo-se na faixa entre 268 e 272 vagas por mil habitantes. Em 2023, ocorre uma queda mais acentuada, chegando a 246 vagas. Isso pode indicar um encolhimento da rede de ensino ou redução no número de matrículas, o que merece atenção, principalmente se considerado em conjunto com a expansão observada em Placas, indicando possíveis desigualdades na dinâmica educacional entre o município e a região (Gráfico 7).

No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes apresenta uma leve tendência de queda no longo prazo, saindo de 211 em 2019 e chegando a 198 em 2023, com uma elevação pontual em 2022 (218). A estabilidade relativa do indicador, ainda



que em um patamar mais baixo que o da RI Xingu e muito inferior ao de Placas, revela um sistema educacional que vem mantendo sua capacidade de oferta de maneira geral, mas que possivelmente enfrenta desafios estruturais para ampliar o acesso à educação pública proporcionalmente ao crescimento populacional (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 363 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

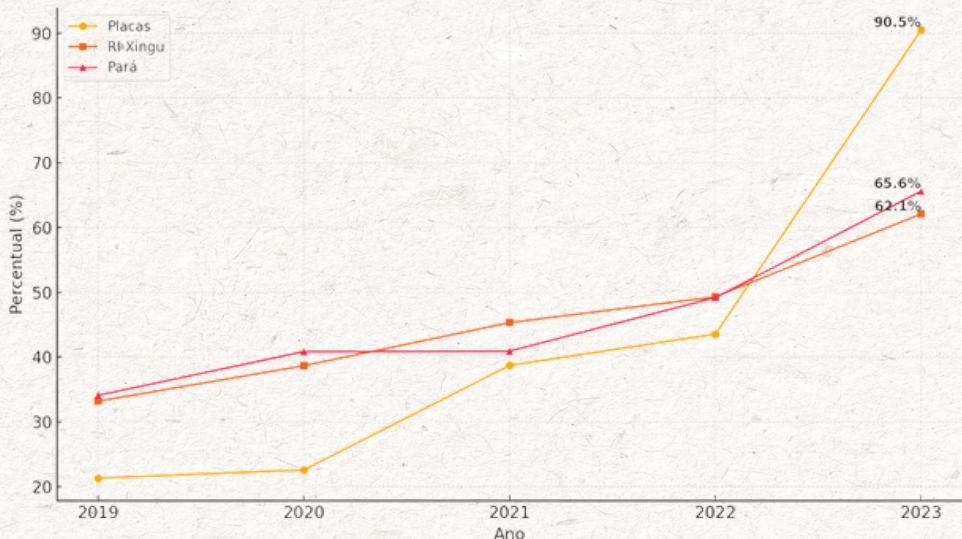
No município de Placas, o percentual de escolas com acesso à internet cresceu de forma expressiva no período analisado. Em 2019, apenas 21,4% das escolas estavam conectadas, índice que evoluiu de forma gradual até 2022 (43,2%), e deu um salto significativo em 2023, alcançando 90,5%. Esse avanço expressivo pode estar ligado a políticas de inclusão digital no pós-pandemia, com investimentos diretos em infraestrutura tecnológica para mitigar os efeitos da suspensão de aulas presenciais e promover ensino híbrido (Gráfico 8).

Na RI Xingu, o crescimento foi contínuo e progressivo: em 2019, 33,6% das escolas tinham acesso à internet, subindo para 39,0% em 2020, e atingindo 62,1% em 2023. Apesar de o crescimento não ter sido tão explosivo quanto em Placas, a região também demonstra um esforço consistente de modernização da rede escolar. Essa ampliação pode refletir programas regionais de conectividade escolar, sobretudo em áreas mais interiorizadas da Amazônia, que antes eram negligenciadas em termos de infraestrutura digital (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou uma curva de crescimento mais discreta e linear. Em 2019, o índice era de 34,0%, mantendo estabilidade até 2021 e crescendo mais significativamente apenas nos dois últimos anos, encerrando 2023 com 65,6%. Esse padrão sugere um movimento estadual mais gradual na digitalização das escolas, possivelmente por limitações orçamentárias ou pela necessidade de enfrentar desafios logísticos mais amplos em regiões de difícil acesso. Ainda assim, a tendência é positiva e mostra avanços importantes rumo à universalização da conectividade no ensino público (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

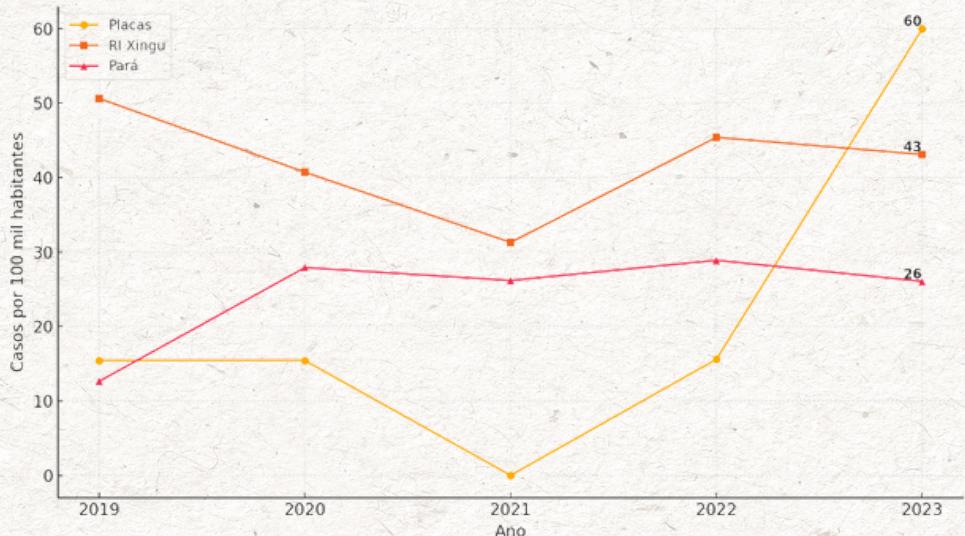
No município de Placas, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros apresentou estabilidade entre 2019 e 2020, com 15,0 casos por 100 mil habitantes, mas caiu drasticamente para zero em 2021, o que pode indicar subnotificação ou falhas nos mecanismos de registro e denúncia. A partir de 2022, houve uma retomada, com 15,4 casos, e um salto alarmante para 60,0 casos em 2023, o que pode sinalizar aumento real da violência, maior conscientização e denúncia ou melhorias na coleta de dados (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais regular, com uma tendência geral de queda entre 2019 (50,8 casos) e 2021 (31,3 casos), seguida de leve recuperação em 2022 (45,4) e pequena queda em 2023 (43,0). Apesar das variações, os valores permanecem elevados ao longo do período, o que reforça a persistência do problema na região. A oscilação pode refletir tanto as variações nas políticas públicas locais quanto nas estratégias de combate e prevenção à violência de gênero (Gráfico 9).

No estado do Pará, observa-se uma tendência moderadamente crescente entre 2019 (13,0 casos) e 2022 (28,8), com leve queda em 2023 (26,0). Embora os números absolutos sejam inferiores aos da RI Xingu, o crescimento ao longo dos anos sugere que o fenômeno da violência contra a mulher permanece disseminado, e que o sistema de proteção pode estar sendo gradualmente aprimorado para registrar mais ocorrências. Ainda assim, o dado reforça a urgência de estratégias intersetoriais mais eficazes e com maior capilaridade (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Placas, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres oscilou fortemente ao longo da série. Em 2019, o índice era de 61,2%, subindo expressivamente para 71,4% em 2020. A partir de então, observa-se queda para 50,1% em 2021 e 48,0% em 2022, com leve recuperação para 51,9% em 2023. Apesar da variação, o município apresentou proporções superiores à média estadual e regional na maior parte do período, sinalizando uma relativa paridade de gênero na ocupação de cargos de liderança (Gráfico 10).

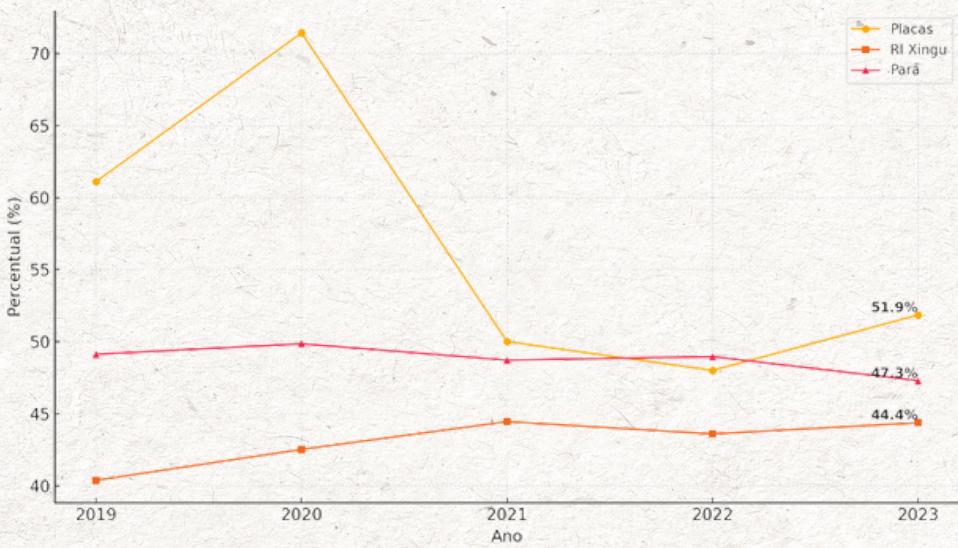




Na RI Xingu, o indicador cresceu lentamente, passando de 40,3% em 2019 para 44,4% em 2023. Essa elevação gradual sugere avanços no reconhecimento e na ascensão profissional das mulheres em cargos gerenciais, ainda que em ritmo lento. O crescimento sustentado ao longo dos anos é positivo, mas também revela a necessidade de políticas mais incisivas de equidade de gênero nas instituições públicas e privadas da região (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, os dados mostram certa estabilidade, com variações discretas entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023). Após uma leve alta em 2020 (49,9%), o percentual declinou ligeiramente, mantendo-se ao redor dos 48%. Essa estabilidade pode ser interpretada como um reflexo de políticas estruturais de inclusão, mas também revela um limite que parece ter sido alcançado e que demanda novas ações para ampliar a representatividade feminina nos espaços de decisão em nível estadual (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

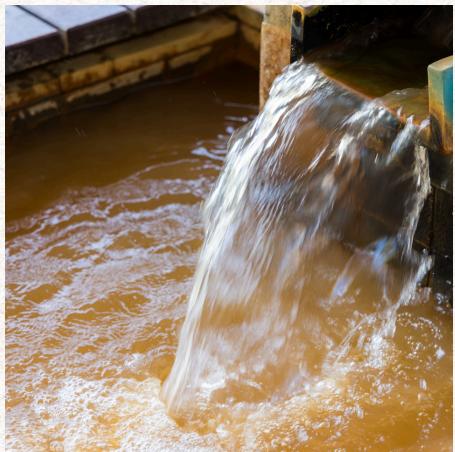
O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Placas apresentou um cenário de estagnação quase total no acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda ao longo do período analisado. De 2019 a 2022, o percentual permaneceu em 0%, subindo de forma simbólica para apenas 0,1% em 2023. Esse dado revela a ausência de políticas públicas efetivas de saneamento voltadas à população vulnerável no município, o que representa um importante gargalo para a qualidade de vida, saúde pública e dignidade dessa parcela da população (Gráfico 11).



Em contrapartida, a Região de Integração (RI) Xingu apresentou crescimento contínuo e significativo no indicador. O percentual evoluiu de 5,3% em 2019 para 11,5% em 2023, revelando avanços consistentes na inclusão da população de baixa renda nos serviços de coleta de esgoto. Esse progresso pode ser resultado de investimentos regionais em saneamento, implementação de projetos estruturantes ou atuação de programas estaduais e federais que priorizam

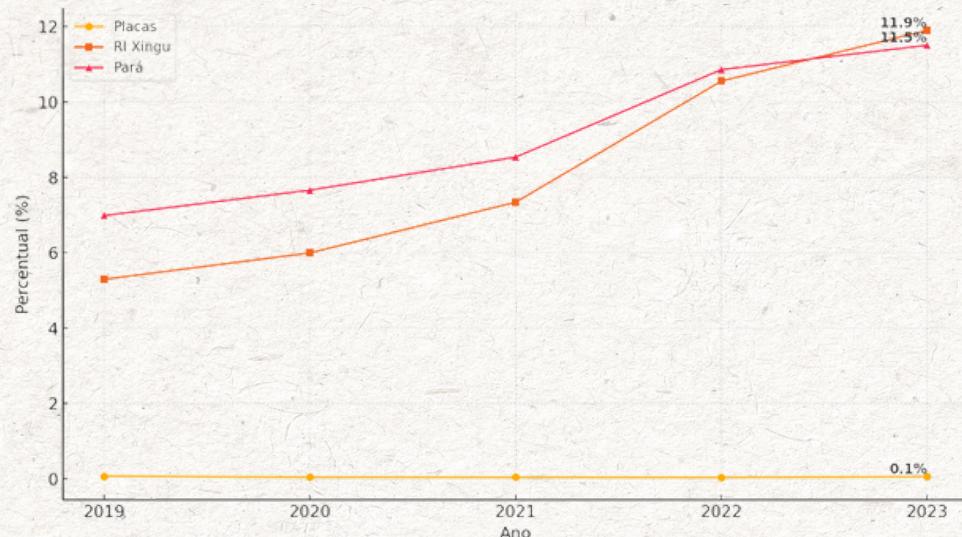
áreas mais críticas (Gráfico 11).

O estado do Pará também apresentou trajetória ascendente no indicador, passando de 7,0% em 2019 para 11,9% em 2023. A evolução reflete esforços mais amplos na expansão da infraestrutura de saneamento básico, especialmente voltada para comunidades vulneráveis. Apesar da melhora, os percentuais ainda são bastante baixos e demonstram que a universalização do acesso à coleta de

esgoto está longe de ser alcançada no estado, especialmente se comparado a metas nacionais e internacionais de saneamento (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Placas apresentou um comportamento bastante oscilante no gasto com saneamento por habitante. Em 2019, o gasto era de R\$ 13,20, subindo significativamente para R\$ 55,90 em 2020, mas caindo para R\$ 20,10 em 2021. A partir de 2022, houve nova elevação, com destaque para o crescimento expressivo em 2023, quando o gasto atingiu R\$ 99,00 per capita. Esse padrão indica uma política de saneamento intermitente e, possivelmente, dependente de repasses ou projetos pontuais, em vez de uma estratégia contínua de investimento (Gráfico 12).

A Região de Integração do Xingu manteve um nível de investimento mais estável, com variações modestas entre

os anos. O gasto cresceu de R\$ 28,50 em 2019 para R\$ 32,40 em 2020, sofreu uma queda em 2021 e oscilou levemente até 2023, encerrando o período em R\$ 49,00. Apesar de mais consistente, o valor investido ainda é baixo quando comparado às necessidades de expansão e manutenção de sistemas de saneamento básico, especialmente em áreas de vulnerabilidade social (Gráfico 12).

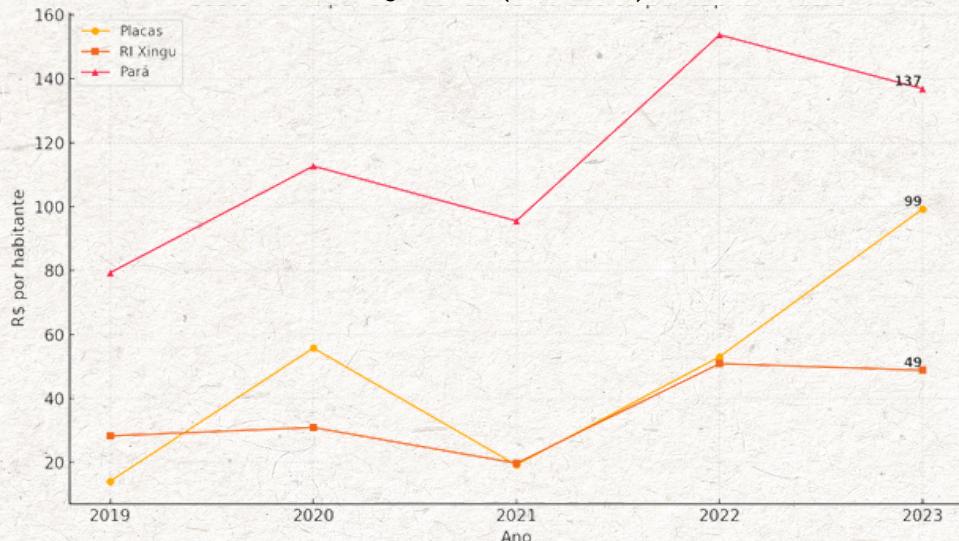
O estado do Pará apresentou os maiores níveis de gasto per capita ao longo do período. Partindo de R\$ 79,50 em 2019, o indicador subiu para R\$ 113,20 em 2020, e atingiu o pico de R\$ 151,50 em 2022, com recuo para R\$ 137,00 em 2023. Essa trajetória revela uma política estadual de intensificação dos investimen-

tos em saneamento, possivelmente ancorada em planos de desenvolvimento regional e metas de sustentabilidade. Ainda assim, a concentração dos investimentos precisa ser avaliada para garantir que os recursos estejam chegando aos municípios com maiores déficits de cobertura, como é o caso de Placas (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 99/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



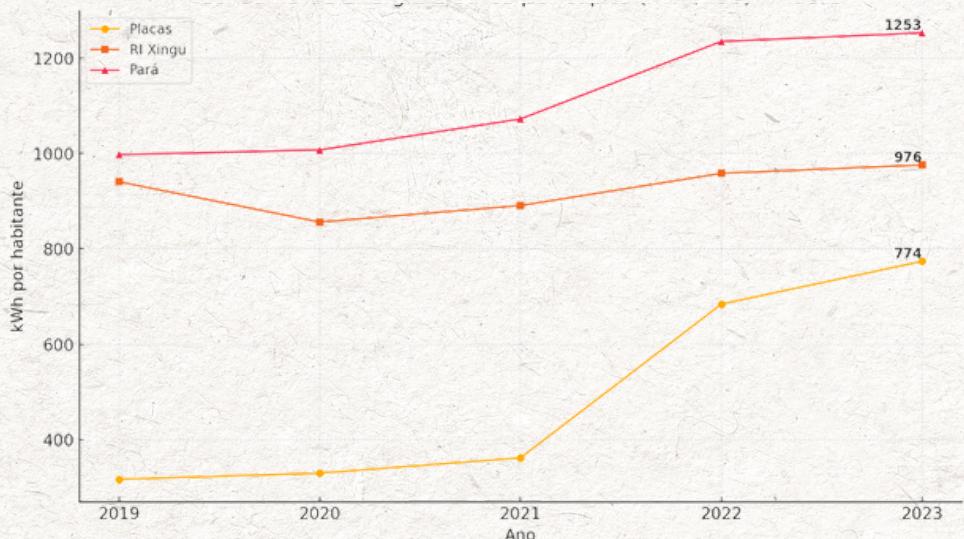
No município de Placas, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento constante e expressivo ao longo do período. Em 2019, o consumo era de apenas 314 kWh/hab., subindo de forma moderada até 2021 (367 kWh/hab.) e, a partir de 2022, acelerando significativamente para 684 kWh/hab., culminando em 774 kWh/hab. em 2023. Essa elevação pode estar associada à expansão do acesso à energia, ao aumento da urbanização, à aquisição de eletrodomésticos ou à melhoria da infraestrutura elétrica loca (Gráfico 13).



Na Região de Integração do Xingu, o consumo per capita se manteve em patamares superiores ao do município, porém com variações mais contidas. O indicador partiu de 944 kWh/hab. em 2019, caiu ligeiramente em 2020 (863), e retomou o crescimento nos anos seguintes, atingindo 976 kWh/hab. em 2023. A relativa estabilidade e recuperação gradual indicam uma demanda energética sólida, possivelmente relacionada à atividade agroindustrial e à expansão do consumo residencial na região (Gráfico 13).

Já o estado do Pará demonstrou uma tendência contínua de crescimento no consumo elétrico por habitante, saltando de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento consistente pode refletir tanto a ampliação da rede de distribuição quanto o aumento do poder de consumo das famílias, além da intensificação de atividades econômicas que demandam maior uso de eletricidade. O patamar elevado evidencia avanços em infraestrutura energética, embora ainda haja desigualdades entre regiões e municípios (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 774 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Placas, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação com base em combustíveis fósseis manteve-se estável entre 2019 e 2020 (4,8%), apresentando uma tendência de queda a partir de 2021, chegando a 3,7% em 2023. Essa redução gradual sugere melhorias no acesso à rede elétrica formal, refletindo esforços de inclusão energética ou substituição de fontes poluentes por energia elétrica, ainda que o ritmo de queda seja relativamente lento (Gráfico 14).

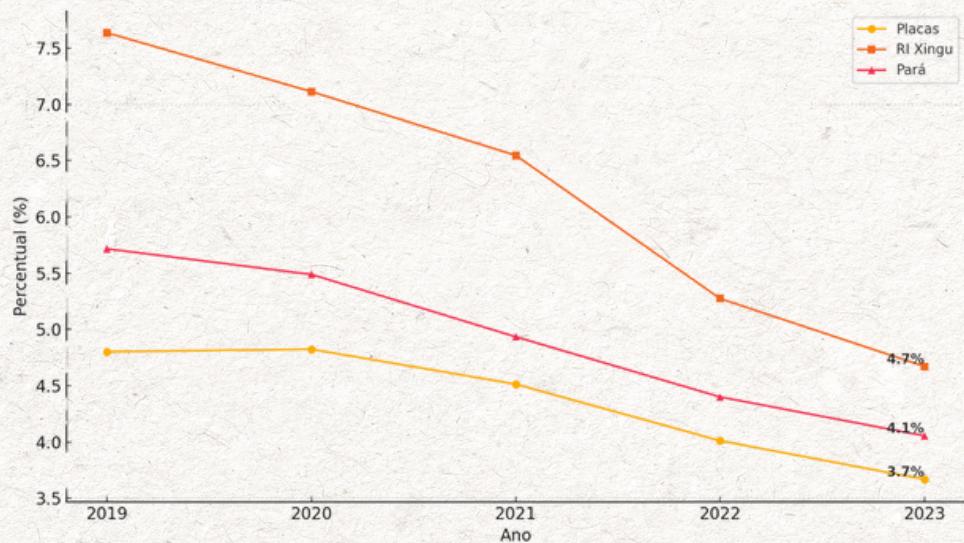


Na RI Xingu, a queda foi mais acentuada: em 2019, 7,6% dos domicílios de baixa renda utilizavam iluminação fóssil, e esse percentual caiu de forma constante para 4,7% em 2023. A trajetória de declínio mais expressiva pode indicar programas de eletrificação rural mais ativos ou melhor eficácia na implementação de políticas públicas voltadas às comunidades em situação de vulnerabilidade energética. Ainda assim, os percentuais demonstram que parte significativa da população da RI ainda recorre a soluções precárias de iluminação (Gráfico 14).

O estado do Pará seguiu tendência semelhante, com redução de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Embora menos abrupta do que na RI Xingu, a queda contínua é um sinal positivo, apontando para um avanço geral no acesso à energia elétrica entre os mais pobres. No entanto, o percentual ainda elevado evidencia que há um contingente relevante de domicílios em situação de exclusão energética, o que reforça a necessidade de políticas mais intensivas de universalização do acesso à energia limpa e segura (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Placas apresentou uma tendência geral de crescimento no número de empregos formais por mil habitantes, partindo de 31 para 61. A trajetória, no entanto, não foi linear: houve crescimento contínuo até 2021 (chegando a 44), seguido por uma leve queda em 2022 (40) e, por fim, um expressivo salto em 2023. Esse avanço no último ano pode refletir políticas locais de incentivo à formalização do trabalho, crescimento de setores produtivos ou ampliação de contratações com carteira assinada em áreas como serviços, comércio ou administração pública (Gráfico 15).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador oscilou dentro de um intervalo mais estreito e estável, saindo de 77

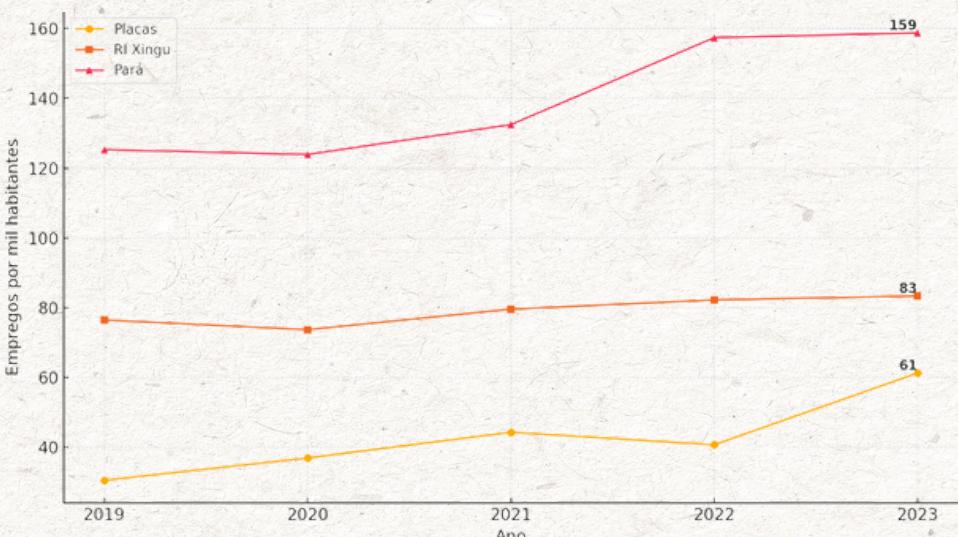
empregos formais por mil habitantes em 2019 e chegando a 83 em 2023. Embora a evolução tenha sido modesta, a consistência indica uma estrutura econômica mais consolidada, capaz de sustentar níveis razoáveis de formalização ao longo do tempo. Isso sugere a presença de polos econômicos regionais ou cadeias produtivas mais organizadas, ainda que sem saltos de crescimento expressivos (Gráfico 15).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou o melhor desempenho comparativo, com aumento significativo na oferta de empregos formais. O indicador subiu de 126 em 2019 para 159 em 2023,

Empregos Formais por Mil Habitantes



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de Placas apresentou uma trajetória de crescimento gradual no PIB per capita entre 2018 e 2021, passando de aproximadamente R\$ 8.000 para R\$ 10.000. Contudo, em 2022, houve um salto expressivo para R\$ 18.103, o que representa quase o dobro em relação ao ano anterior. Esse aumento abrupto pode indicar uma mudança significativa na atividade econômica local, como a instalação de empreendimentos pontuais, aumento de produtividade agrí-



cola ou atualização metodológica nas contas regionais (Gráfico 16).

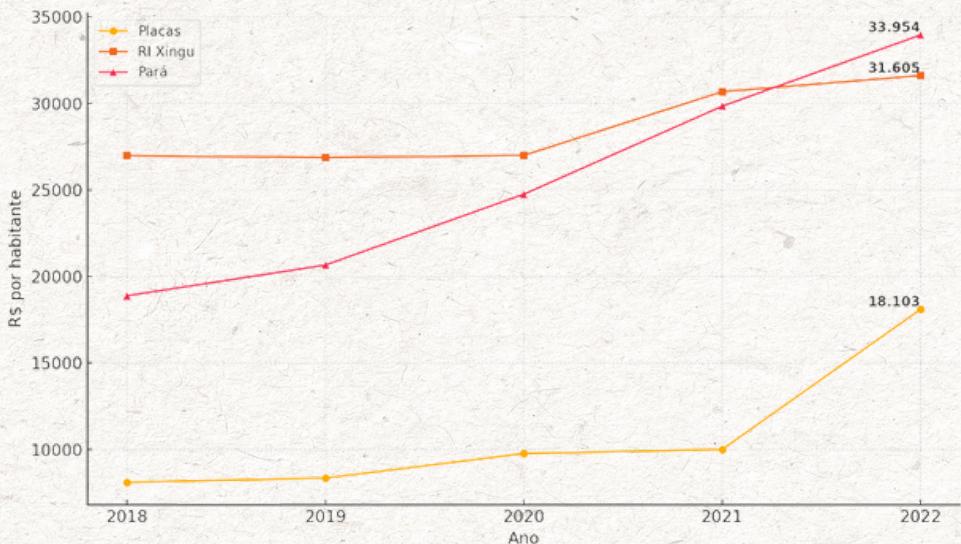
Na Região de Integração do Xingu, observa-se um padrão de relativa estabilidade entre

2018 e 2020, com o PIB per capita em torno de R\$ 27.000, seguido de um crescimento mais forte a partir de 2021, chegando a R\$ 31.605 em 2022. Esse comportamento revela que, apesar de estar em um patamar superior ao do município de Placas, a região experimentou um dinamismo econômico mais recente, possivelmente relacionado à recuperação econômica pós-pandemia ou à valorização de atividades extractivas e agroindustriais (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022)

O estado do Pará evidenciou um crescimento contínuo e mais acentuado ao longo do período, partindo de R\$ 18.877 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. A aceleração do crescimento a partir de 2020 pode estar associada ao fortalecimento de setores estratégicos da economia paraense, como mineração, energia e logística portuária. O desempenho estadual sugere uma consolidação de vetores de desenvolvimento de grande escala, embora os benefícios nem sempre se distribuam equitativamente entre os municípios (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.103/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O município de Placas apresentou baixos percentuais de valor adicionado da indústria ao PIB durante todo o período, oscilando levemente entre 2,8% e 3,3%. Essa estabilidade em patamar reduzido indica uma estrutura econômica pouco industrializada, possivelmente voltada majoritariamente ao setor primário (como agricultura e pecuária) ou serviços básicos. O dado reforça a fragilidade da base industrial local e a dependência de atividades de baixo valor agregado (Gráfico 17).

Na RI Xingu, o indicador registrou uma tendência de queda, partindo de 48,3% em 2018 e recuando de forma progressiva até 33,3% em 2022. Apesar da redução, a participação da indústria ainda permanece elevada, indicando sua relevância para a economia regional. A diminuição pode estar associada a mudanças no perfil produtivo, com crescimento de outros setores, ou à retração relativa de atividades industriais frente ao aumento de participação do comércio, agropecuária ou serviços públicos (Gráfico 17).

Por sua vez, o estado do Pará apresentou movimento inverso ao da RI Xingu, com crescimento contínuo do valor adicionado da indústria: de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço demonstra a crescente importância da atividade industrial na composição do PIB estadual, impulsionada principalmente por setores como mineração, transformação de commodities e infraestrutura energética. O crescimento nesse indicador aponta para um processo de industrialização ou, ao menos, de ampliação da agregação de valor na cadeia produtiva de recursos naturais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Placas apresentou uma trajetória de crescimento no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, saindo de 7,3 em 2019 e alcançando 12,3 em 2023. O indicador teve seu pico em 2021, com 14,0 profissionais, seguido por uma queda em 2022 e nova recuperação no ano seguinte. Esse comportamento sugere avanços pontuais no fortalecimento da base cien-



tífica local, que podem estar relacionados à atração de projetos de pesquisa, bolsas de incentivo ou ampliação da atuação técnica no setor público (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Xingu, o crescimento foi mais modesto, iniciando com 8,3 profissionais em 2019 e encer-

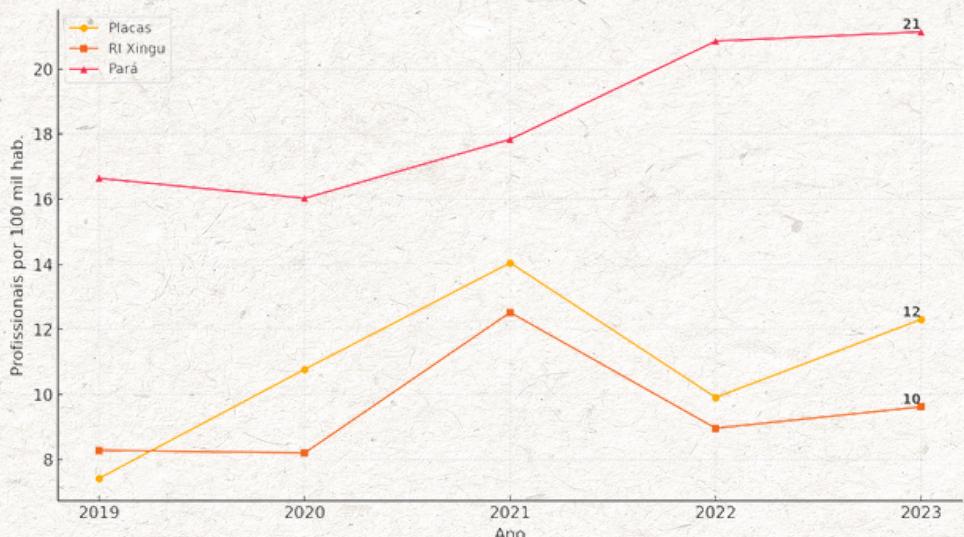
rando 2023 com 9,7. Apesar de um salto pontual em 2021 (12,6), a região apresenta certa estabilidade nos demais anos, com oscilações leves. Essa tendência indica uma base científica relativamente restrita, refletindo limitações estruturais em termos de centros de pesquisa, instituições de ensino superior ou estímulos à profissionalização em carreiras científicas (Gráfico 18).

Já no estado do Pará, o número de profissionais da ciência cresceu de forma contínua, passando de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023. A curva ascendente demonstra um esforço mais estruturado na ampliação da ciência, tec-





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

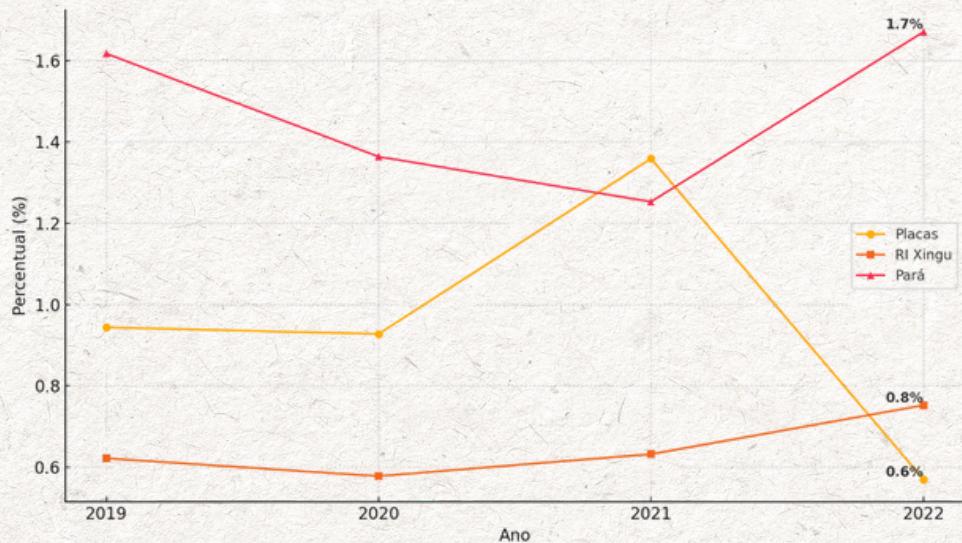
Entre 2019 e 2022, o município de Placas apresentou uma variação significativa na massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB. O indicador iniciou em 0,94% em 2019, manteve-se estável em 2020 (0,93%), e alcançou um pico expressivo de 1,36% em 2021, o que pode refletir um aumento no número de vínculos formais ou em seus salários médios. Contudo, em 2022 houve uma forte retração para 0,60%, sinalizando uma possível perda de participação da remuneração formal na economia local, talvez por expansão do PIB impulsionada por setores não intensivos em

mão de obra ou aumento da informalidade (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Xingu, a trajetória foi mais estável e com crescimento leve. O percentual partiu de 0,63% em 2019, recuou ligeiramente em 2020 (0,58%) e retomou uma tendência de alta até atingir 0,76% em 2022. A consistência do crescimento pode indicar uma valorização progressiva do trabalho formal na região, com expansão de atividades que oferecem maior formalização e estabilidade trabalhista, ainda que os níveis permaneçam relativamente baixo (Gráfico 19).

Já o estado do Pará iniciou 2019 com uma das maiores proporções entre massa salarial formal e PIB, em 1,62%, mas sofreu queda em 2020 (1,36%) e 2021 (1,26%), possivelmente em função dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho. Em 2022, o indicador voltou a crescer de forma significativa, atingindo 1,70%, o maior valor da série. Esse desempenho pode sinalizar uma recuperação robusta do emprego formal no estado, com ganhos reais salariais ou ampliação do número de vínculos em setores produtivos com peso relevante no PIB estadual (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Placas x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Placas apresentou crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2022, passando de 18 para 45 linhas móveis por 100 habitantes. Esse avanço indica uma ampliação significativa da conectividade, refletindo tanto o aumento da demanda por serviços móveis quanto a possível expansão da cobertura de operadoras na região. Contudo, em 2023 houve uma leve retração para 43, o que pode sugerir estabilização do mercado ou dificuldades na manutenção da infraestrutura em áreas mais remotas (Gráfico 20).

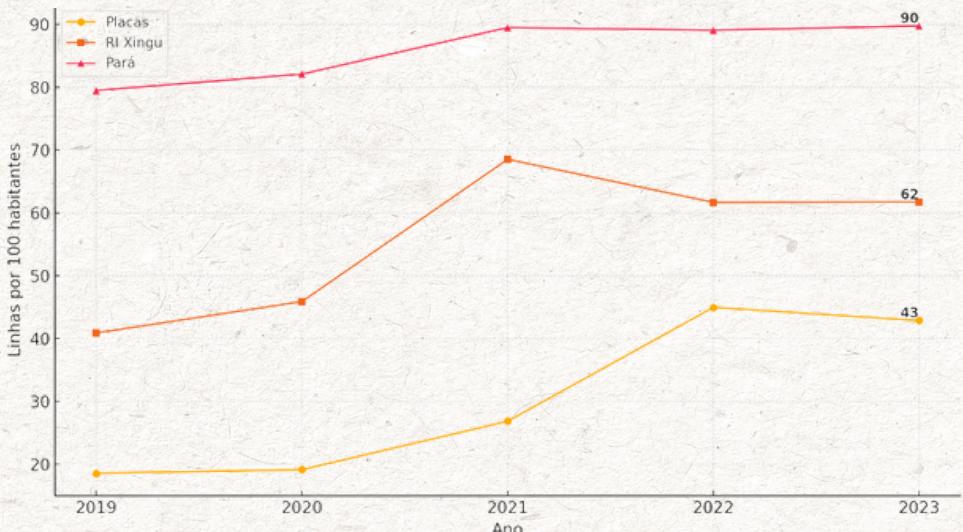
Na Região de Integração do Xingu, o crescimento foi mais acentuado até 2021, partindo de 41 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 68,8 em 2021. Após esse pico, observou-se queda para 62 nos dois anos seguintes, indicando uma possível saturação do mercado ou substituição parcial do uso da telefonia móvel por serviços de internet. Apesar da retração, a região manteve um patamar médio superior ao de Placas, refletindo maior inserção digital e infraestrutura mais consolidada (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Já o estado do Pará apresentou evolução contínua e robusta, com aumento de 79,2 em 2019 para 90 linhas por 100 habitantes em 2023. Esse crescimento estável revela uma consolidação do acesso à telefonia móvel no estado como um todo, evidenciando avanços na universalização da comunicação móvel. O elevado patamar alcançado em 2023 demonstra uma penetração quase total da telefonia móvel, o que é estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão digital da população (Gráfico 20).



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

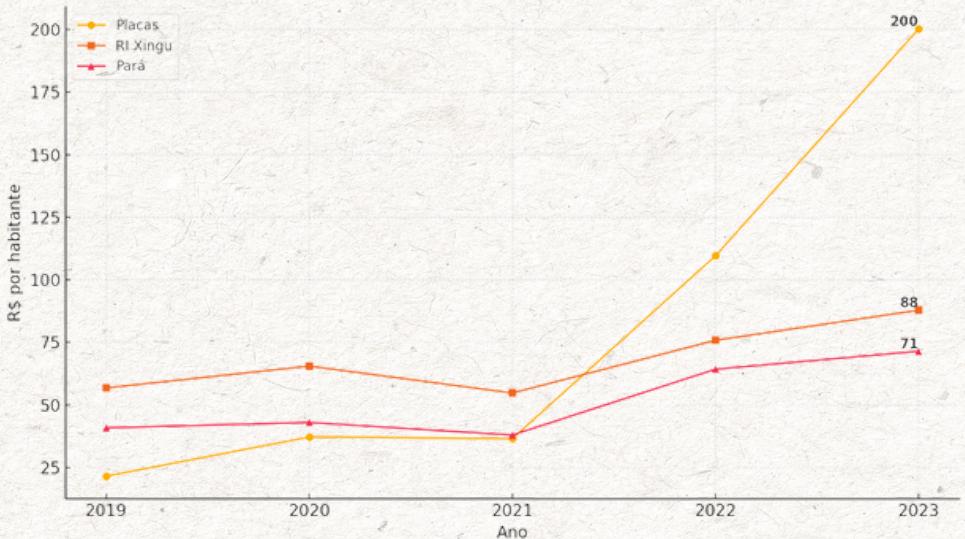
Em 2019, a despesa per capita com cultura e gestão ambiental em Placas foi de R\$ 21. No ano seguinte, houve um aumento significativo, alcançando R\$ 37 por habitante em 2020. Em 2021, o valor recuou levemente para R\$ 36. A partir de 2022, verificou-se um salto expressivo, atingindo R\$ 110. Já em 2023, o montante mais do que dobrou, encerrando o período em R\$ 200 por habitante. O crescimento total no período foi de 852%, refletindo uma priorização recente dessa função pública no município (Gráfico 21).

Na Região de Integração do

Xingu, o indicador variou de R\$ 57 em 2019 para R\$ 65 em 2020. Em 2021, houve um recuo para R\$ 56, mas os anos seguintes apresentaram crescimento constante: R\$ 75 em 2022 e R\$ 88 em 2023. O aumento acumulado no período foi de 54,4%. No estado do Pará, o valor se manteve estável entre 2019 e 2020 (R\$ 41 e R\$ 43, respectivamente), caiu para R\$ 38 em 2021 e subiu para R\$ 64 em 2022 e R\$ 71 em 2023, registrando crescimento acumulado de 73%. Ambos os níveis apresentaram trajetória mais moderada se comparados ao município (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



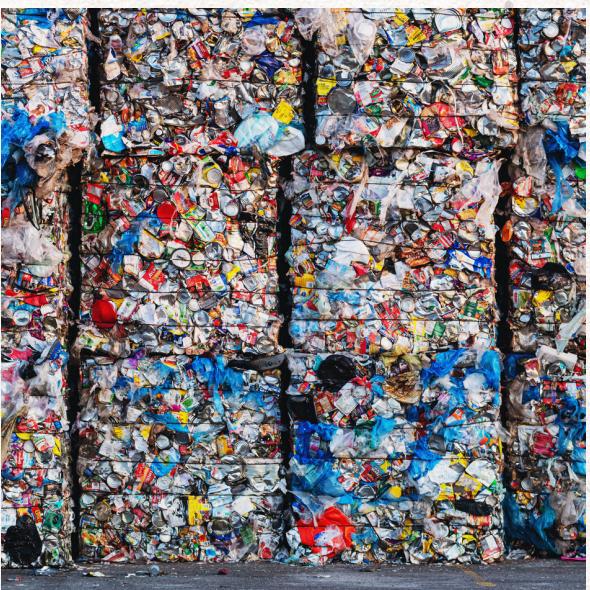
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

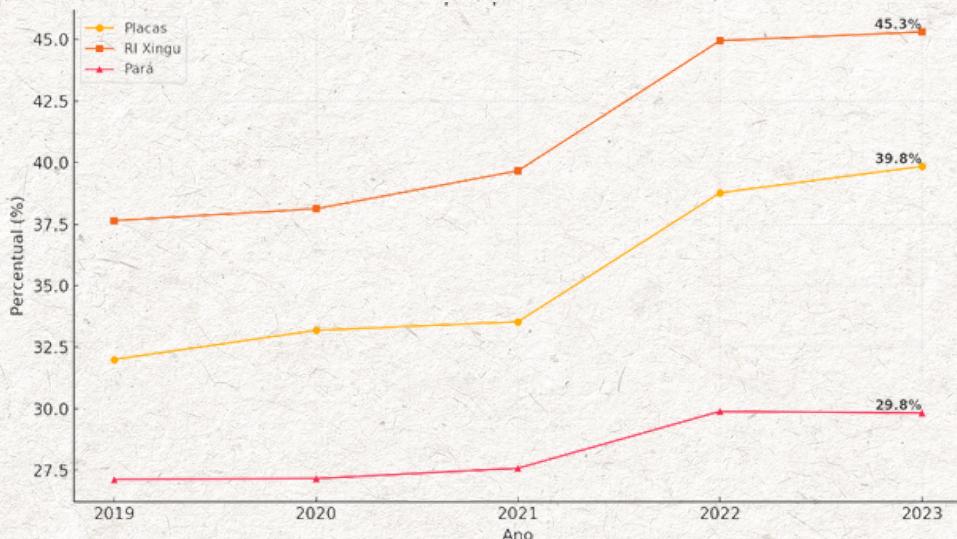
No município de Placas, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem a práticas inadequadas de descarte de resíduos, como queimar ou enterrar o lixo, apresentou crescimento ao longo do período analisado. O índice passou de 32,0% em 2019 para 39,8% em 2023, com destaque para o aumento mais acentuado entre 2021 e 2022. Esse comportamento indica deficiências na cobertura da coleta regular de resíduos sólidos, afetando especialmente as populações vulneráveis, e evidencia a ausência de políticas públicas efetivas de saneamento básico e educa-

ção ambiental (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Xingu, o cenário também foi de agravamento, com o percentual saltando de 37,6% em 2019 para 45,3% em 2023. O ritmo de crescimento foi relativamente constante, com forte alta entre 2021 e 2022, o que pode sinalizar a sobrecarga ou ineficácia dos serviços públicos de limpeza urbana nas áreas mais carentes da região. A magnitude do indicador reforça a urgência de ações estruturantes para garantir o acesso universal a serviços adequados de manejo de resíduos sólidos (Gráfico 22).

Já no estado do Pará, embora os percentuais sejam menores, observa-se um crescimento moderado: de 26,9% em 2019 para 29,8% em 2023. A trajetória é menos acentuada do que nos níveis regionais e municipais, o que pode refletir políticas mais amplas de gestão de resíduos em centros urbanos de maior porte. Contudo, a persistência de quase um terço da população de baixa renda recorrendo a práticas inadequadas de descarte evidencia que o problema é estrutural e demanda intervenção articulada em nível estadual (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



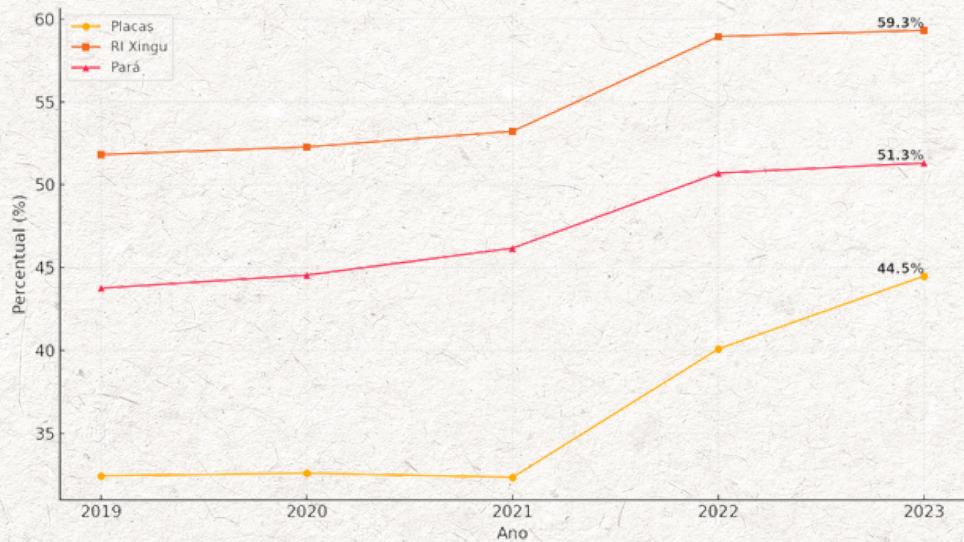
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Placas apresentou um aumento significativo no percentual de população de baixa renda utilizando fossas rudimentares, passando de 32,3% em 2019 para 44,5% em 2023. A alta mais expressiva ocorreu entre 2021 e 2022, refletindo possivelmente o crescimento populacional desassistido por infraestrutura sanitária adequada. O dado evidencia uma carência grave em saneamento básico, que pode trazer impactos severos à saúde pública, sobretudo em áreas periféricas e rurais (Gráfico 23).

Na RI Xingu, o percentual foi ainda mais elevado e apresentou crescimento contínuo: de 51,9% em 2019 para 59,3% em 2023. A presença persistente de fossas rudimentares como forma principal de esgotamento sanitário entre os mais pobres indica falhas no planejamento urbano e na implementação de sistemas sanitários coletivos. A tendência ascendente revela um processo de agravamento da vulnerabilidade ambiental e sanitária na região, exigindo atenção prioritária em políticas públicas (Gráfico 23).

O estado do Pará, embora apresente percentuais ligeiramente inferiores aos da RI, também registrou aumento no indicador, partindo de 43,7% em 2019 e atingindo 51,3% em 2023. A evolução revela que mais da metade da população de baixa renda no estado vive sem acesso a soluções sanitárias adequadas, o que representa um desafio estrutural para o alcance das metas de saneamento previstas nos ODS. A continuidade desse cenário tende a perpetuar desigualdades e comprometer os indicadores de saúde e qualidade de vida dessa parcela da população (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No município de Placas, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento expressivo nos últimos anos, partindo de R\$ 41,80 em 2019 e atingindo R\$ 209,00 em 2023. Até 2021, os valores eram modestos, abaixo de R\$ 35,00, mas em 2022 houve um salto significativo para R\$ 130,20, seguido por nova elevação em 2023. Essa tendência ascendente recente pode estar relacionada ao reconhecimento crescente dos riscos ambientais no território, à adoção de medidas emergenciais após eventos extremos ou à alocação de recursos federais e estaduais para po-

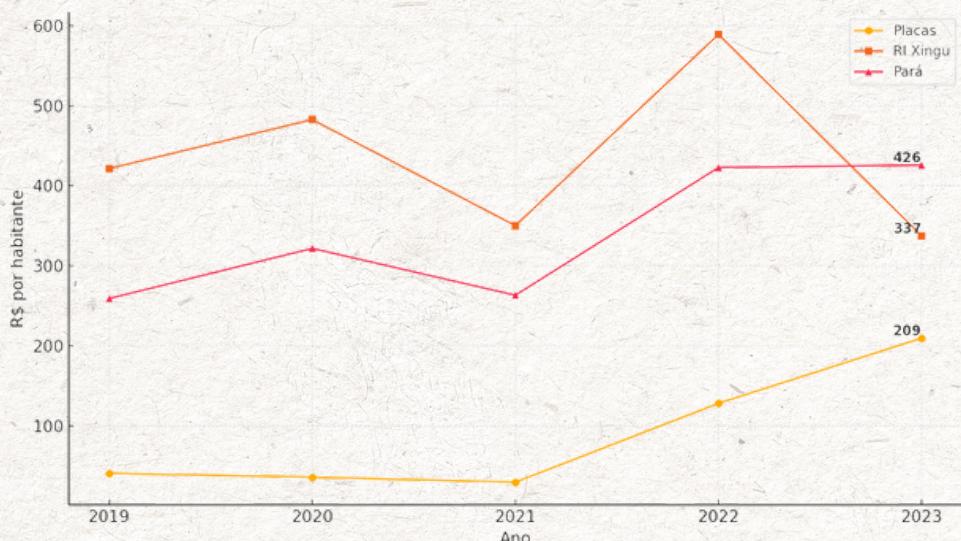
líticas de defesa civil (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Xingu, os investimentos foram substancialmente superiores durante todo o período, com picos notáveis. Em 2020, o gasto chegou a R\$ 483,30 por habitante, e em 2022 alcançou R\$ 589,50, evidenciando forte atenção à prevenção de desastres. Apesar da queda em 2023 (R\$ 337,20), a média regional manteve-se elevada, indicando que a RI tem priorizado essa agenda, possivelmente devido à presença de áreas mais suscetíveis a eventos como enchentes, queimadas ou erosões (Gráfico 24).



No estado do Pará, os gastos apresentaram crescimento estável, saindo de R\$ 261,10 em 2019 para R\$ 426,50 em 2023. Após uma leve queda em 2021, houve retomada significativa nos dois anos seguintes. Esse padrão revela uma política estadual relativamente consistente de alocação de recursos para mitigação de riscos e preparação para desastres naturais, o que é crucial em um estado com vasto território amazônico e alta vulnerabilidade socioambiental (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 209/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

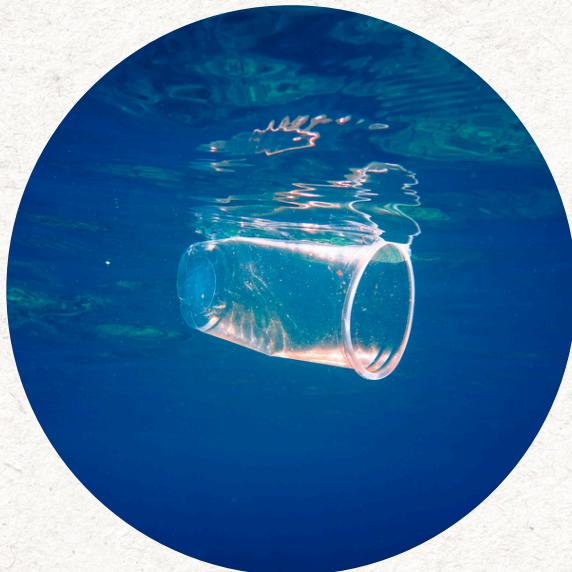
Despesa per capita com preservação aquática

O município de Placas praticamente não apresentou investimentos significativos em preservação aquática ao longo do período. Entre 2019 e 2022, os valores foram praticamente nulos, e apenas em 2023 houve um pequeno aporte de R\$ 1,00 por habitante. Essa ausência de investimentos evidencia a baixa prioridade dada ao tema em nível local, o que é preocupante considerando a importância dos recursos hídricos na Amazônia e os riscos ambientais associados à sua degradação, como poluição de rios, assoreamento e perda da biodiversidade aquática (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Xingu, os gastos foram progressivamente crescentes até 2021, quando atingiram R\$ 90,50 per capita. Após uma leve queda em 2022, o investimento saltou para R\$ 143,10 em 2023, evidenciando uma retomada da atenção à agenda ambiental. A curva ascendente sugere que a região tem avançado em políticas voltadas à proteção de ecossistemas aquáticos, o que pode estar vinculado à presença de bacias

hidrográficas estratégicas e à necessidade de manter a integridade ambiental frente ao avanço do agronegócio e da urbanização (Gráfico 25).

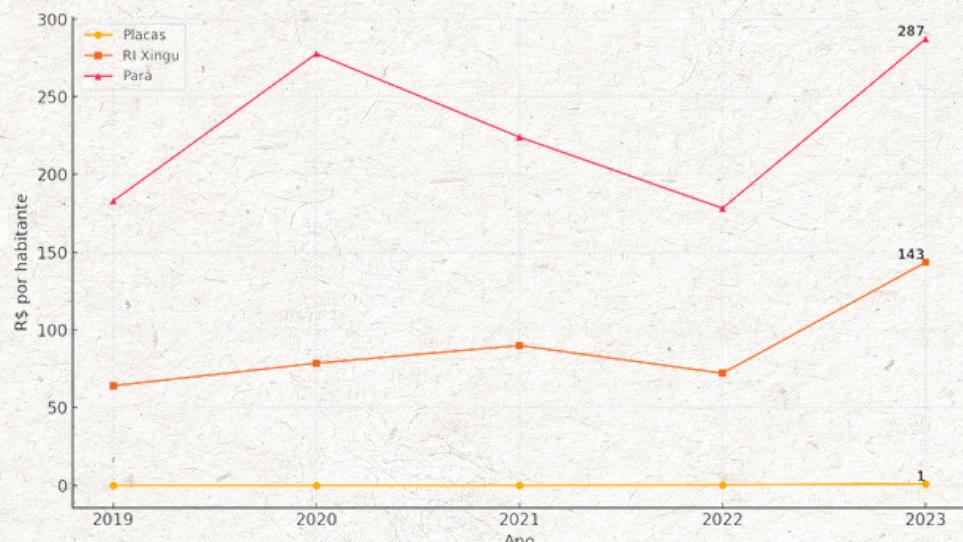
O estado do Pará apresentou o maior volume de investimentos, com oscilações entre R\$ 180,70 em 2019 e R\$ 287,10 em 2023. O pico de gastos ocorreu em 2020, com R\$ 279,40, indicando que a gestão estadual tem mantido um nível elevado de atenção à preservação dos corpos d'água. Essa





priorização é compatível com o papel do Pará na proteção da Amazônia e com compromissos internacionais assumidos em relação à sustentabilidade ambiental. O aumento contínuo recente aponta para uma valorização crescente do tema na agenda pública estadual (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Placas, a proporção da área coberta por floresta em relação à área total apresentou queda constante entre 2019 e 2022, passando de 66,8% para 61,4%. Em 2023, o percentual caiu ainda mais, atingindo 60,6%. Essa tendência de redução progressiva da cobertura florestal indica um processo de desmatamento contínuo, provavelmente associado à expansão agropecuária, exploração madeireira e ocupação irregular do solo. A perda de floresta pode gerar impactos ambientais significativos, como degradação do solo, alteração no regime hídrico e perda de biodiversidade (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Xingu, observou-se uma forte queda entre 2021 e 2022, quando o percentual da área

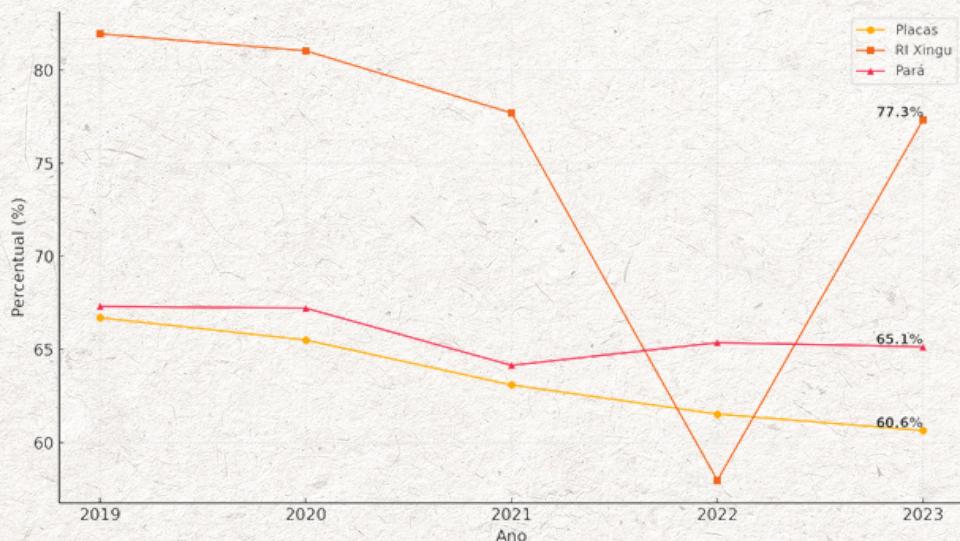
florestada caiu de 77,7% para apenas 57,7%. Contudo, em 2023, houve uma recuperação acentuada, com a cobertura florestal voltando a 77,3%. Esse comportamento atípico pode refletir uma revisão ou correção metodológica nos dados, ou ainda a implementação de medidas emergenciais de controle de desmatamento que surtiram efei-

to a curto prazo. Apesar da recuperação pontual, a variação brusca acende alerta para a vulnerabilidade ambiental da região (Gráfico 26).

O estado do Pará manteve certa estabilidade no indicador, com leves oscilações: saiu de 67,4% em 2019, caiu para 64,1% em 2021, e subiu levemente até 65,1% em 2023. Essa estabilidade relativa pode ser interpretada como resultado de políticas estaduais de controle e monitoramento do desmatamento, embora os níveis atuais ainda estejam abaixo dos observados no início da série. A manutenção de mais de 60% de floresta no estado é positiva, mas exige esforços contínuos diante das pressões sobre os recursos naturais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O município de Placas apresentou crescimento contínuo na área desmatada em relação à área total ao longo do período, passando de 33,2% em 2019 para 39,1% em 2023. Esse aumento constante demonstra um processo de avanço do desmatamento que vem ocorrendo sem interrupções, o que compromete a sustentabilidade ambiental do município. A ausência de reversão na tendência indica fragilidade na fiscalização e ausência de políticas efetivas de proteção florestal (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Xingu, o padrão foi mais instável. O percentual de área desmatada cresceu lentamente até 2021 (15,1%), mas teve um salto preocupante em 2022, chegando a 33,1%, antes

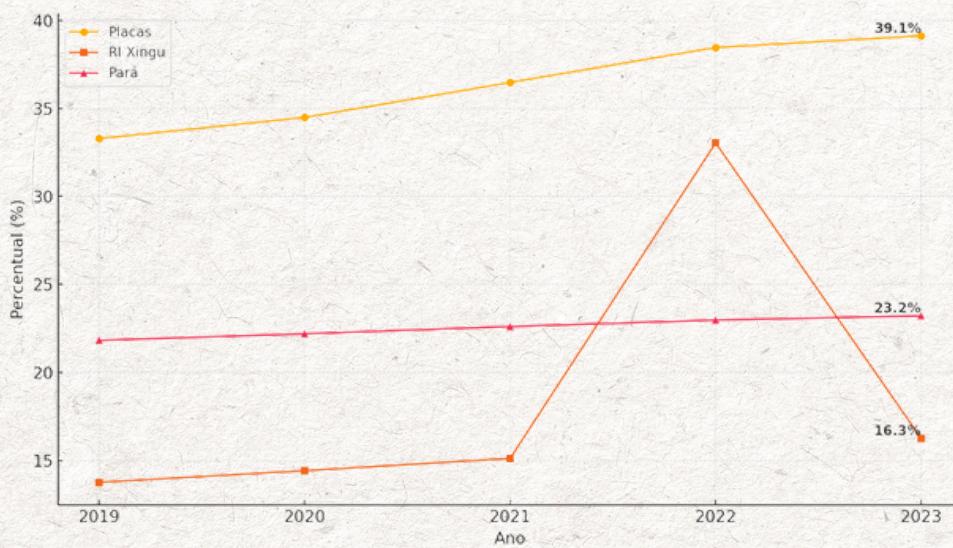
antes de recuar para 16,3% em 2023. Assim como no indicador anterior, essa forte oscilação pode indicar inconsistências na base de dados ou reflexo de ações pontuais de controle. Ainda assim, o pico em 2022 sugere que o desmatamento foi elevado naquele ano, o que pode ter implicações severas sobre o equilíbrio ecológico regional (Gráfico 27).

No estado do Pará, houve crescimento contínuo do percentual da área desmatada, ainda que em ritmo mais moderado. O indicador saiu de 21,9% em 2019 e alcançou 23,2% em 2023. Apesar de parecer discreto, esse avanço é relevante quando se considera a grande extensão territorial do estado. O aumento

constante do desmatamento, mesmo em menor escala percentual, reflete a dificuldade de frear o desmatamento ilegal e aponta para a necessidade de políticas mais rigorosas e investimentos consistentes em fiscalização e alternativas econômicas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, observa-se uma tendência consistente de queda no número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes em todos os níveis territoriais analisados. No município de Placas, a redução foi particularmente expressiva: de aproximadamente 64 casos em 2019 para apenas 11 em 2023, o que representa uma queda de mais de 80%. Esse declínio foi mais acentuado entre 2019 e 2021, período em que o número caiu de forma mais abrupta, seguido por uma estabilização e posterior leve diminuição até 2023 (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração do Xingu, o indicador também apresentou queda contínua ao longo do período, saindo de cerca de 21 casos em 2019 para apenas 2 em 2023. Esse desempenho evidencia avanços ainda mais contundentes do que os registrados no município de Placas e no estado como um todo. A trajetória descendente foi estável, sem oscilações significativas, o que pode indicar políticas públicas consistentes de combate ao trabalho infantil implementadas na região (Gráfico 28).

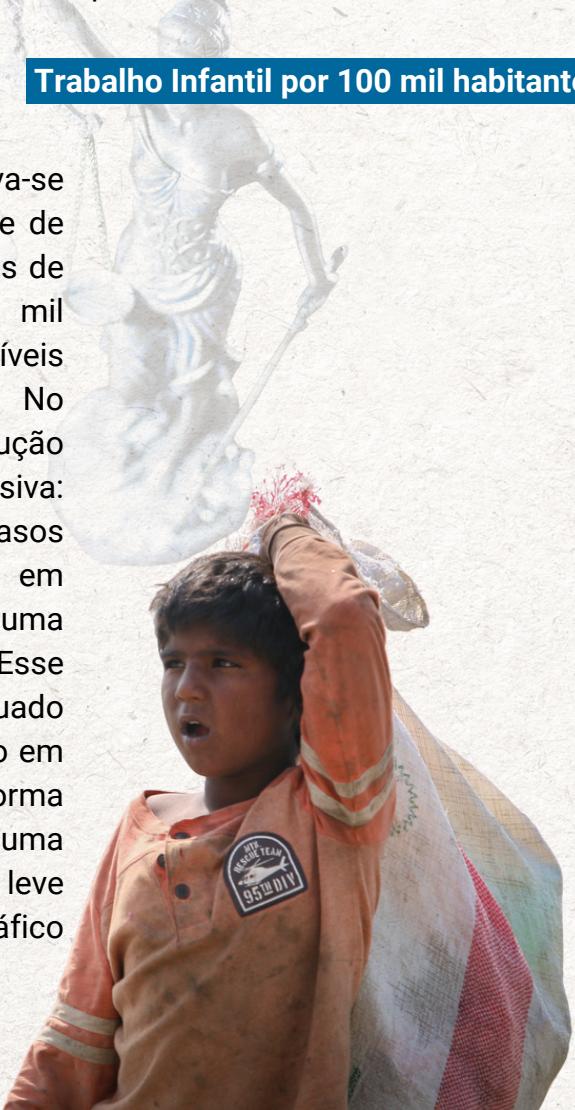
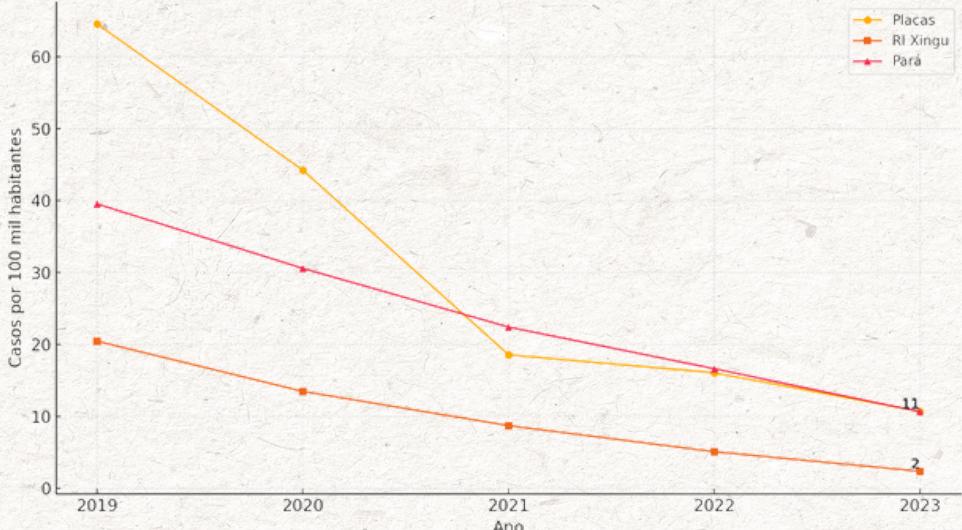




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No caso da taxa de homicídios, o cenário é mais heterogêneo e revela oscilações distintas entre os territórios. No município de Placas, houve uma forte queda de 2019 para 2020 (de 26 para 9 homicídios por 100 mil habitantes), seguida de um crescimento gradual nos anos seguintes, culminando em 2023 com 32 homicídios – o maior valor do período. Esse comportamento em “V” sugere que fatores pontuais podem ter influenciado o aumento recente da violência letal no município, como migrações populacionais, conflitos fundiários ou ausência de políticas de segurança conti-

nuadas (Gráfico 29).

Na Região de Integração do Xingu, a taxa inicial em 2019 era extremamente alta (73 homicídios por 100 mil), reduzindo-se significativamente em 2020 para 45. Apesar da leve elevação em 2021, o indicador estabilizou-se ao redor de 49 homicídios até 2023. Embora o patamar tenha permanecido elevado, a RI conseguiu evitar uma nova escalada, mantendo certa constância nos últimos três anos. Isso pode refletir ações regionais de controle da criminalidade ou presença mais ativa do aparato de segurança pública, mesmo que ainda insu-

ficientes para trazer o indicador a níveis mais seguros (Gráfico 29).

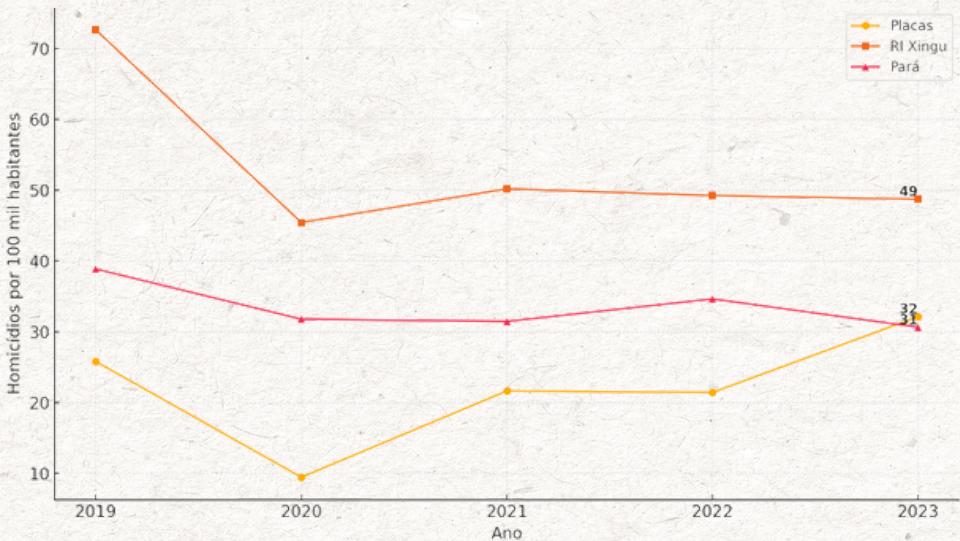
Já no estado do Pará, a taxa apresentou variações menores, partindo de 39 homicídios por 100 mil em 2019, reduzindo-se ligeiramente até 2021, com estabilidade entre 31 e 35 nos anos seguintes. Essa estabilidade em patamar elevado indica um desafio estrutural no combate à violência letal no estado, o que exige estratégias intersetoriais de longo prazo envolvendo segurança pública, justiça, políticas sociais e urbanas. Em comparação com os demais níveis, o estado mostra maior resili-



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)

ência às flutuações, mas ainda distante de níveis aceitáveis segundo padrões internacionais (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

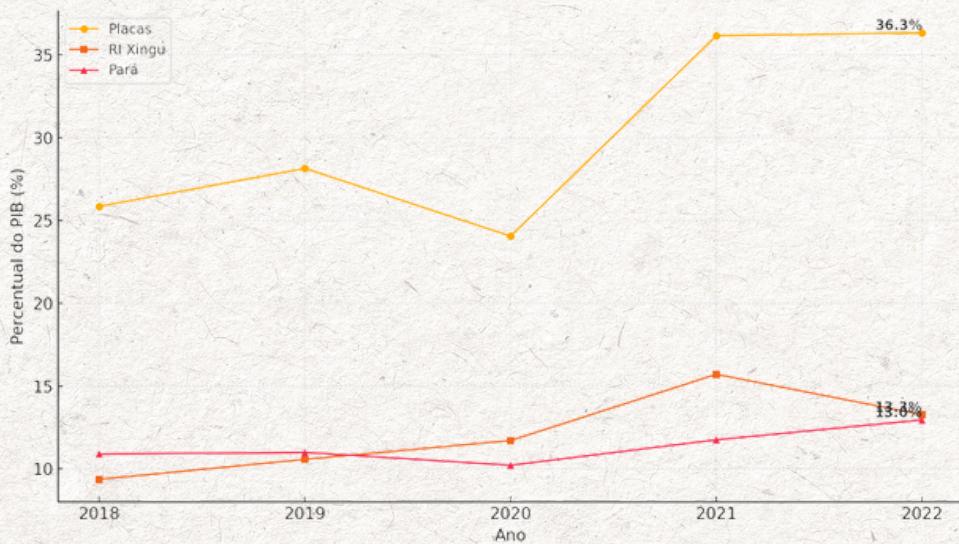
Entre 2018 e 2022, o município de Placas apresentou variações significativas no gasto público municipal como percentual do PIB. O indicador iniciou em torno de 26% em 2018, subiu levemente em 2019, mas teve uma queda em 2020, chegando a aproximadamente 24%. A partir de 2021, observou-se um salto expressivo, atingindo 36,3% e mantendo esse patamar em 2022. Essa elevação pode indicar aumento substancial nos gastos municipais em comparação ao crescimento do PIB local, possivelmente impulsiona por medidas emergenciais durante e após a pandemia de COVID-19, ou por maior investimento em infra-

estrutura e serviços públicos (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi de crescimento mais gradual. O percentual de gasto público saiu de cerca de 9% em 2018 para um pico de 15,8% em 2021, recuando levemente para 13,8% em 2022. Esse crescimento ao longo do período também sugere uma ampliação da atuação dos municípios da região, ainda que de forma menos abrupta que em Placas. A redução em 2022 pode estar associada à retomada do crescimento do PIB regional ou à contenção de despesas públicas após os efeitos mais críticos da pandemia (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador manteve-se mais estável e em níveis inferiores aos observados nos demais re-cortes. Com valores entre 10,4% e 13,4% ao longo do período, o gasto público estadual em relação ao PIB cresceu lentamente, o que reflete uma gestão mais equilibrada entre despesa pública e crescimento econômico. A estabilidade pode também indicar uma base econômica mais diversificada no estado, em que aumentos de gasto não provocam grandes variações percentuais, dada a maior escala do PIB estadual em comparação ao municipal e regional (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Placas x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Placas apresentou crescimento contínuo e expressivo, saindo de um patamar praticamente nulo (0 pontos por 100 habitantes) para alcançar 6 pontos em 2023. O avanço foi mais acentuado a partir de 2021, quando o município saltou de 1,7 para 5,2 em apenas um ano, refletindo provavelmente iniciativas de expansão da infraestrutura digital em resposta à crescente demanda por conectividade, especialmente no contexto pós-pandemia (Gráfico 31).

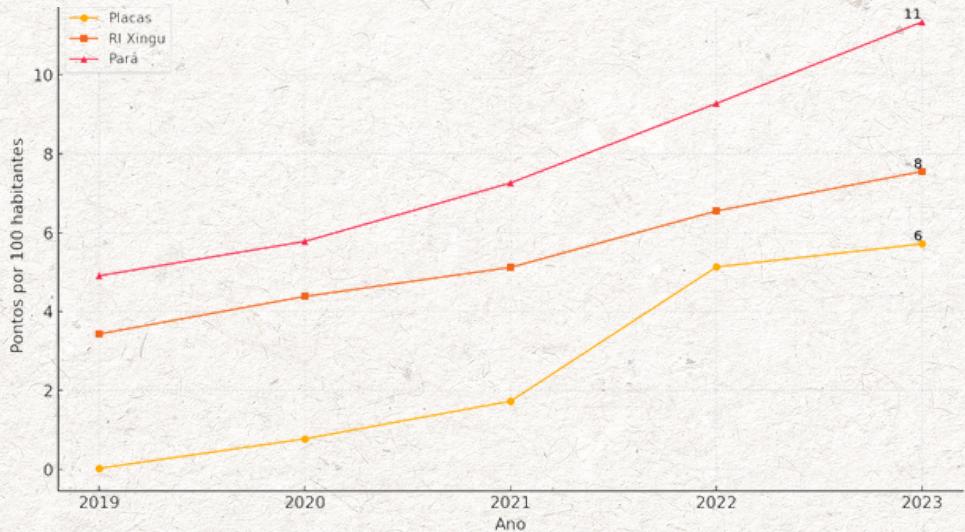
Na Região de Integração do Xingu, o indicador também mostrou evolução constante

ao longo do período, passando de 3,4 pontos em 2019 para 8 pontos por 100 habitantes em 2023. Embora o ritmo de crescimento tenha sido menos abrupto que em Placas, o nível de acesso manteve-se superior ao do município durante todo o período, indicando que a RI já possuía uma base de conectividade mais consolidada. O crescimento gradual e consistente sugere a ampliação progressiva da cobertura de serviços de internet fixa, com possível estímulo por meio de políticas regionais de inclusão digital (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, apresenta os maiores valores do indicador ao longo dos cin-

co anos, partindo de 4,9 pontos em 2019 e alcançando 11 pontos por 100 habitantes em 2023. O crescimento foi linear, refletindo uma ampliação contínua da infraestrutura de banda larga no estado como um todo. Apesar dos avanços, os números ainda são relativamente baixos quando comparados a padrões nacionais e internacionais, indicando que, embora haja progresso, o acesso à internet fixa ainda enfrenta desafios estruturais importantes no estado, sobretudo em áreas rurais e de difícil acesso (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Placas x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

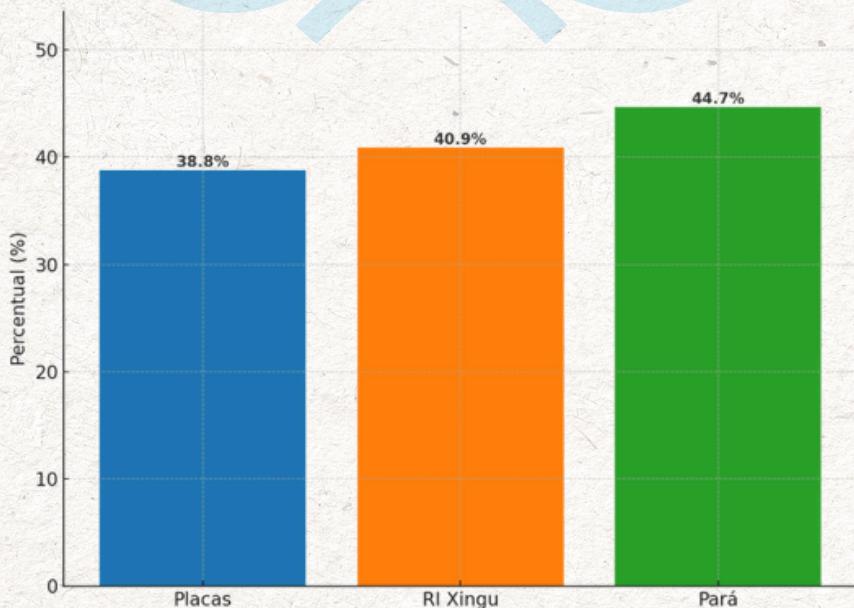
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Placas** registrou um IDS de **38,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Placas x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



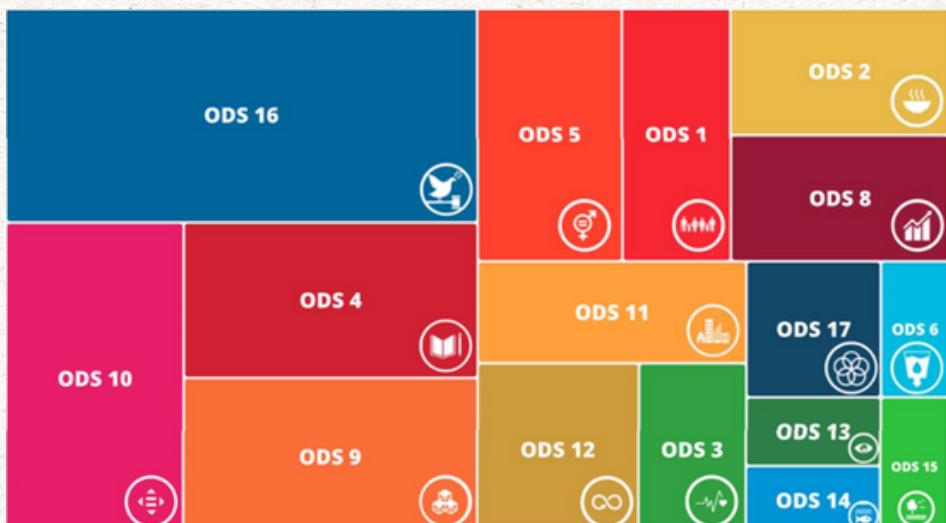
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Placas na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Placas e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

